



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 8 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 24 de janeiro de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO DILMA PRECISA ECONOMIZAR R\$ 60 BILHÕES PARA CONSEGUIR SUPERÁVIT DE 3,1% DO PIB 1 VEICULAÇÃO NACIONAL	1
FOLHA DE SÃO PAULO NOVOS DESAFIOS PARA O CNPQ..... 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	3
VALOR ECONÔMICO CHINA ATRAVANCA ACORDO DE REEQUILÍBRIO GLOBAL 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	5
VALOR ECONÔMICO INVESTIMENTO DA UNIÃO ATINGE 3,5% DO PIB 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	7
ASSESSORIA MDIC Tatiana Prazeres é a nova titular da Secretaria de Comércio Exterior 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	9
NOTÍCIAS DE RORAIMA Eletro Eletrônicos na Área de Livre Comércio de Boa Vista 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	10
MDIC - SITE amex prorroga redução do Imposto de Importação de matéria-prima para fabricação de resina pet 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	11
FAPEAM Foco empresarial pode dar à ciência nacional um novo impulso, diz Mercadante 12 VEICULAÇÃO NACIONAL	12

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA
	TÍTULO DILMA PRECISA ECONOMIZAR R\$ 60 BILHÕES PARA CONSEGUIR SUPERÁVIT DE 3,1% DO PIB	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Cálculo de economistas foi feito com base na receita prevista pelo Executivo para este ano e embute projeções para PIB e outros indicadores

Raquel Landim - O Estado de S.Paulo

Para cumprir a promessa de fazer um superávit primário de 3,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**), o governo Dilma vai precisar economizar cerca de R\$ 60 bilhões, avaliam economistas ouvidos pelo "Estado". O valor é superior às apostas do **mercado** financeiro, que variam de R\$ 40 bilhões a R\$ 50 bilhões. O governo ainda não anunciou o contingenciamento deste ano.

No orçamento público, o superávit primário é obtido quando o governo gasta menos que arrecada, descontado o pagamento dos juros da dívida. Um superávit "cheio e limpo" - como prometido por Dilma Rousseff - significa cumprir a meta estabelecida integralmente, sem descontar os investimentos ou utilizar "manobras criativas".

O **mercado** aguarda com ansiedade a divulgação de quanto Dilma pretende contingenciar do Orçamento em 2011. O valor será uma indicação **importante** do compromisso da nova presidente com a redução dos gastos públicos. Com uma política fiscal menos expansionista, o governo ajudaria a esfriar a economia e permitia que o Banco Central (BC) subisse menos os juros básicos (taxa Selic).

A Corretora Convenção estima que o contingenciamento necessário para cumprir a meta de superávit de 3,1% do **PIB** chega a R\$ 64 bilhões. Pelas contas da LCA Consultores, o corte de gastos teria de atingir R\$ 54 bilhões. A Tendências Consultoria Integrada também avalia que seria necessário um corte de mais de R\$ 50 bilhões.

Todas essas contas foram feitas com base na receita prevista pelo próprio Executivo para 2011. Se surgirem receitas extraordinárias, a conta muda. Os cálculos também embutem projeções para **PIB**, saldo líquido de geração de empregos, resultado fiscal de Estados e municípios, entre outras variáveis.

Para chegar a mais de R\$ 60 bilhões de contingenciamento, é preciso somar os investimentos que deixariam de ser abatidos (R\$ 32 bilhões), as despesas que

foram acrescentadas pelo Congresso ao aprovar o Orçamento (R\$ 20 bilhões) e o corte de gastos que o Executivo pediu aos deputados, sem ser atendido (R\$ 8 bilhões). Ainda seria preciso economia adicional de R\$ 4 bilhões para completar a meta de superávit de 3,1% do **PIB**.

"Não acredito que seja factível um contingenciamento de R\$ 60 bilhões. É um terço dos R\$ 200 bilhões que são passíveis de corte no Orçamento. Daí se conclui que a meta de superávit também não é factível", disse Fernando Montero, economista-chefe da Convenção. O Orçamento de 2011 é de R\$ 1,94 trilhão, mas boa parte é usada para pagar o funcionalismo e a Previdência.

Corte histórico. Um contingenciamento acima de R\$ 40 bilhões já seria o mais alto da história do País. A média dos anos anteriores foi de R\$ 20 bilhões e atingiu R\$ 30 bilhões em 2010, embora a maior parte tenha sido liberada durante o ano. Se o governo decidir cumprir a "meta abatida", o que significa descontar os gastos com investimentos, o esforço seria menor. Sem os investimentos, a meta de superávit cai para 2,18% do **PIB**, possível de ser atingida com um corte de R\$ 35 bilhões de despesas.

Para a LCA Consultores, um contingenciamento de R\$ 40 bilhões já seria suficiente para o governo atingir o seu principal objetivo, que é contribuir para desaquecer o consumo e evitar uma alta forte dos juros pelo BC.

"Antes, o objetivo de fazer um superávit primário era garantir que o **Brasil** não daria calote. Essa preocupação foi superada desde que o País foi considerado grau de investimento", disse Fernando Sampaio, sócio-diretor da LCA Consultores. "Um corte de R\$ 40 bilhões representa uma desaceleração significativa do gasto público", completou.

Com um contingenciamento de R\$ 40 bilhões, a LCA Consultores calcula que a despesa primária real (antes do pagamento dos juros e descontada a inflação) do governo central crescerá 3% em 2011. Em 2010, um ano de eleições e de gastos desenfreados, a despesa subiu 10%. Se forem contingenciados R\$ 54 bilhões, o crescimento das despesas seria de apenas 1%.

Longo prazo. A avaliação de boa parte do **mercado**, no entanto, é que não basta o governo anunciar um

contingenciamento recorde. "É necessário indicar desde já qual vai ser a conduta fiscal dos próximos quatro anos", disse Felipe Salto, economista da Tendências. Ele afirma que uma excelente sinalização seria o governo se comprometer com um ritmo de aumento do gasto corrente (para o pagamento do funcionalismo) inferior ao avanço do **PIB**. Ao longo do tempo, isso significaria gastar menos com funcionários públicos e investir mais em infraestrutura.

Fazendo as contas

R\$ 64 bilhões é a projeção de contingenciamento da Corretora Convenção R\$ 54 bilhões é a expectativa feita pela LCA Consultores R\$ 50 bilhões é o previsto pela Tendências Consultoria

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA
	TÍTULO NOVOS DESAFIOS PARA O CNPQ	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

CARLOS ALBERTO ARAGÃO DE CARVALHO FILHO e GLAUCIUS OLIVA

Não há como ser a quinta economia do mundo sem educação básica de qualidade e sem formação superior de cientistas em maior número. No Brasil, a construção de uma infraestrutura para ciência e tecnologia é recente. Começou em 1951, com o Conselho Nacional de Pesquisas - CNPq, criado pela lei nº 1.310, de 15 de janeiro, com a missão de fomentar pesquisas e a formação de pesquisadores; ainda em 1951, veio a criação da Capes; em 1962, a da Fapesp; em 1967, a da Finep; finalmente, em 1985, a do **Ministério** da Ciência e Tecnologia.

Em 60 anos, os avanços são expressivos. Hoje, temos uma comunidade científica e tecnológica com 1,7 milhão de currículos na plataforma Lattes do CNPq, 135 mil deles de doutores e 237 mil de mestres, e 27 mil grupos de pesquisa no Diretório de Grupos de Pesquisa.

O **Brasil** forma mais de 11 mil doutores por ano e produz 2,7% da ciência mundial, com liderança em várias áreas do conhecimento, como agricultura tropical, parasitologia, geofísica e engenharia associada à prospecção de petróleo e gás em águas profundas.

Em 2010, o CNPq atendeu a 80 mil bolsistas; investiu R\$ 1,85 bilhão em formação de recursos humanos e fomento à pesquisa; avaliou 74 mil solicitações; tem 64 mil processos vigentes e custo operacional inferior a 5% do orçamento.

Foram também criadas mais 14 mil bolsas de iniciação científica, mil de produtividade em pesquisa e 4.000 de mestrado e doutorado. Há 7.000 bolsas de fomento tecnológico e um programa (RHAE) dedicado às empresas, com bolsas para incorporar pessoal qualificado em P&D. E, sem ônus para as atividades-fim, o CNPq terminou o ano com uma nova sede em Brasília.

A ciência e a tecnologia e o indispensável compromisso com a inovação são hoje instrumentos de política de Estado, expressa no Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação e nos planos de **desenvolvimento** de várias áreas do Estado, como na Política de **Desenvolvimento** Produtivo, nos planos de educação e saúde, no PAC, nos desafios nacionais de

sustentabilidade ambiental, econômica e social e nos programas de erradicação da miséria e de inclusão social.

O cenário para a C&T do século 21 pressupõe novos paradigmas. A ciência moderna exige atenção às demandas da sociedade, abordagens multidisciplinares e inovação, pesquisa e **desenvolvimento** nas empresas. A pesquisa requer novos formatos, novos atores, organização institucional e deve se pautar por critérios de qualidade, impacto, relevância, sustentabilidade e internacionalização.

Nesse novo contexto, cabe ao Estado brasileiro -por meio do **Ministério** da Ciência e Tecnologia e do CNPq em particular- modernizar a gestão de C&T, com avaliação e acompanhamento que promovam qualidade e multidisciplinaridade, e adequar o marco legal às especificidades da pesquisa, desburocratizando **importações**, compras e contratações, para aumentar a eficiência na aplicação dos recursos.

O sistema nacional de CT&I, em cinco anos, incorporou 15 mil novos pesquisadores em novas universidades, campi e instituições de ciência e tecnologia federais e estaduais. E não há como ser a quinta economia do planeta sem educação básica de qualidade, sobretudo em matemática e em ciências, e a formação superior de cientistas e engenheiros em maior número.

Para apoiar esse crescimento, o CNPq deve pelo menos dobrar seu orçamento nos próximos quatro anos, chegando a R\$ 3,5 bilhões, de forma sustentável e que reflita planejamento e articulação de políticas de governo.

Em 2011, o CNPq celebrará seus 60 anos com o olhar voltado para o futuro, pronto para seguir em sua missão de **desenvolvimento** científico e tecnológico, por um **Brasil** mais justo e desenvolvido.

CARLOS ALBERTO ARAGÃO DE CARVALHO FILHO, 59, físico, é presidente do CNPq - Conselho Nacional de **Desenvolvimento** Científico e Tecnológico.

GLAUCIUS OLIVA, 51, engenheiro eletrônico, é diretor de Engenharias, Ciências Exatas e Humanas e Sociais do CNPq.

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.
debates@uol.com.br

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO CHINA ATRAVANCA ACORDO DE REEQUILÍBRIO GLOBAL		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A China foi o país mais reticente na primeira tentativa do G-20 para definir "parâmetros indicativos" que serão usados para levar as nações com déficits ou superávits comerciais excessivos a fazerem correções em suas políticas.

O Valor apurou que a China foi o único país que apareceu em reunião técnica do G-20, na semana passada, sem qualquer proposta de indicador, ilustrando sua resistência em tratar de câmbio e **comércio**. Entre parceiros, existe o temor de que Pequim atrase bastante essa negociação. Ao mesmo tempo, os alertas crescem de que desequilíbrios globais vão é aumentar e que a guerra cambial pode se tornar mais severa.

Na cúpula de Seul, em novembro, os EUA fracassaram na tentativa de o grupo estabelecer que o déficit ou superávit das contas correntes dos países não supere 4% do Produto Interno Bruto (**PIB**). A partir desse patamar, seriam deflagradas negociações para sua redução.

A ideia de Washington é de que países com déficits devem poupar mais e ampliar as **exportações**. E os superavitários, como a China e a Alemanha, precisam adotar políticas cambiais, estruturais e fiscais para estimular fontes domésticas de expansão e **importar** mais.

Em Seul, o compromisso entre os líderes do G-20 foi de mandar os ministros de Finanças e presidentes de bancos centrais desenvolverem com o Fundo Monetário Internacional (FMI) "parâmetros indicativos" para servir de mecanismo de identificação de "amplos desequilíbrios que requerem ações preventivas e corretivas".

Na semana passada, a França, na presidência do G-20, fez a primeira reunião de vice-ministros de Finanças para cumprir a tarefa, preparando o terreno para a reunião ministerial em fevereiro, quando deverá haver a primeira avaliação.

Mas a China não só não cooperou, como quis frear tudo. Do outro lado, os EUA e a Austrália se mostraram os mais apressados. Para os americanos, os indicadores servem como meio de pressionar a China a permitir a valorização de sua moeda, o yuan, que Washington considera como

artificialmente baixa e subsidiando deslealmente as **exportações**.

Os vice-ministros no G-20 terminaram esboçando cinco indicadores para serem levados aos ministros e presidentes de BCs em fevereiro: a composição das contas correntes, um indicador do setor privado (poupança ou endividamento), crescimento do crédito, situação fiscal e ativos líquidos no exterior (incluindo as reservas). Por exemplo, um país com déficit fiscal menor pode reduzir taxas de juros, colocando menos pressão sobre o câmbio e fazendo **importações** mais custosas e **exportações** mais competitivas.

Outro indicador que está sendo considerado é o uso da Taxa de Câmbio Efetiva Real (REER, em inglês), que a Agência das Nações Unidas para o **Comércio** e o **Desenvolvimento** (Unctad) recomenda como central para diferenciar entre desequilíbrio comercial sustentável ou não. Argumenta que uma REER baseada no custo unitário da mão de obra é mais válida para constatar as mudanças na competitividade do que a inflação.

Só depois de definidos os "parâmetros" é que o FMI e outras organizações internacionais vão preparar estudos sobre as raízes do desalinhamento mundial e que providências tomar, para eventualmente apontar países específicos, tudo isso exigindo mais negociações.

Na teoria, existe entendimento no G-20 sobre a necessidade de reequilibrar a demanda global. Os conflitos são sobre o ritmo apropriado, com países desenvolvidos querendo colocar o pé no acelerador; sobre quais as estratégias, por exemplo no câmbio; e sobre qual a melhor arquitetura financeira e monetária internacional.

Um exemplo da dificuldade da tarefa: globalmente, para compensar uma queda de 1% no consumo dos EUA, o consumo na China deveria aumentar 7%. Reequilíbrio mundial no consumo exige mudança nas estruturas de **produção**, e tentar acelerar isso é delicado inclusive politicamente. Em todo caso, o ajustamento das taxas de câmbio é considerado por boa parte de países como parte integral da estratégia de reequilíbrio ordenado.

Mas, em visita aos EUA, o presidente chinês, Hu Jintao, deixou claro que Pequim fará reformas no ritmo e estilo de

sua escolha e não admitirá interferência externa. E insistiu que o valor da moeda "não é o problema, e sim que a China é mais produtiva, com custo mais baixo da mão de obra".

O fato é que, passado o pior da crise global, a cooperação no G-20 perde fôlego. Nesse cenário, negociadores alertam para o alto custo que pode trazer um sistema financeiro e monetário global desorganizado. E novos estudos mostram que os desequilíbrios se ampliam na economia mundial.

Sobretudo os déficits fiscais devem crescer nos próximos cinco anos em muitas economias com déficits em contas correntes, como os EUA. Não há expectativa de ajuste significativo nas taxas de câmbio, apesar do forte diferencial no ritmo de crescimento dessas economias. E os estoques de ativos líquidos no exterior aumentam em vários países com saldos nas contas correntes, como a China.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO INVESTIMENTO DA UNIÃO ATINGE 3,5% DO PIB		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Sergio Lamucci | De São Paulo

O investimento da União e das estatais federais subiu pelo sétimo ano seguido em 2010, atingindo perto de 3,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**), segundo números da Secretaria de Política Econômica do **Ministério** da Fazenda. O volume investido é um pouco superior aos 3,26% do **PIB** de 2009 e mais que o dobro do 1,59% do **PIB** registrado em 2003. As inversões do **Governo Federal** tiveram um impulso mais significativo em 2006, ganhando fôlego nos anos seguintes com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de 2007.

Entre as estatais, o grande destaque é a Petrobras, que, sozinha, investiu o equivalente a 2,03% do **PIB** nos 12 meses até outubro. É quase 70% a mais que o 1,21% do **PIB** investido pela União nos 12 meses até novembro de 2010. Uma pequena parte dos investimentos da Petrobras é feita fora do país, em torno de 5% do total.

Nesse quadro, a União e as estatais federais responderam por 17,9% do total investido na ampliação da capacidade produtiva no ano passado, considerando que a formação bruta de capital fixo (FBCF, medida das contas nacionais do que se investe na construção civil e em máquinas e equipamentos) ficou em 19% do **PIB** em 2010 e a Petrobras faz 95% das inversões dentro do país. Em 2009, a fatia federal no investimento total havia sido um pouco maior - 18,7% de uma formação bruta de capital fixo de 16,9% do **PIB**.

Isso ocorreu porque, com a crise global, as inversões públicas se ampliaram no momento em que o setor privado se retraiu. Os números de 2009 e 2010 mostram que houve mudança significativa da participação da União e das estatais no investimento total em relação aos anos anteriores. Em 2003, ano de forte ajuste fiscal, a fatia foi de 10%. Mesmo em 2008, quando o investimento público já estava em recuperação, não chegou a 13,5%.

As inversões do **Governo Federal** ganham força a partir da segunda metade da década, depois de alguma recuperação esboçada em 2004 e 2005. O professor Francisco Luiz Lopreato, da Unicamp, diz que houve uma mudança de orientação na política econômica a partir de

2006, abrindo espaço para uma elevação mais consistente do investimento público.

Entre outras medidas, ele lembra que o governo lançou o **PAC** e fortaleceu as estatais e os bancos públicos, como o **BNDES**, além de ter reduzido o superávit primário (a economia para pagar os juros da dívida) a partir de 2009, para combater os efeitos da crise global. Com isso, os investimentos federais atingiram um nível que já faz diferença para a atividade econômica, acredita Lopreato. "A visão se tornou mais desenvolvimentista a partir de 2006, com a saída de Antonio Palocci e a entrada de Guido Mantega na Fazenda."

Para o economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, houve uma percepção de que os investimentos precisavam se intensificar "desde 2007, com o PAC." O problema, na visão de Vale, é que o "programa ainda não funciona efetivamente, com muita concentração em projetos da Petrobras e da Eletrobras".

Ele reconhece a "tentativa de aceleração dos investimentos" a partir da crise global, mas observa que, mesmo com a alta recente, o volume de investimento público no **Brasil** é pequeno em relação ao dos outros emergentes, "onde, em geral, fica acima de 7% do **PIB**". Se forem incluídas as inversões de Estados e municípios, o volume investido pelo setor público brasileiro em 2010 ficou em 5,1% do **PIB**, segundo números do **Ministério** da Fazenda.

Vale também vê com preocupação o fato de o volume de investimentos ser muito concentrado na Petrobras, que responde por quase 60% da soma de gasto da União e das estatais federais em 2010.

A análise das inversões da Petrobras ao longo da década mostra um salto impressionante a partir de 2002, quando a empresa passou a investir mais que a União. Em 2009, o volume investido pela companhia, equivalente a 1,97% do **PIB**, foi quase duas vezes superior ao 1,01% do investimento do **Governo Federal**.

Para os próximos anos, a expectativa é que a empresa continue nessa trajetória, por conta da exploração do petróleo na camada pré-sal.

O economista Cláudio Fritschak, presidente da Inter.B Consultoria Internacional de Negócios, diz que houve um esforço nos últimos anos para aumentar o investimento público, mas também considera muito baixo o volume destinado à infraestrutura. Ele estima que, entre 2008 e 2010, o país investiu no setor, somando recursos públicos e privados, uma média anual de 2,42% do **PIB**, abaixo dos 3% do **PIB** que seriam necessários para evitar a degradação do estoque de capital já existente.

Para Frishtak, enfrentar a questão fiscal é decisivo para elevar os recursos para a infraestrutura, por dois motivos. O primeiro é controlar o ritmo de alta dos gastos correntes (pessoal, aposentadorias, custeio da máquina) para abrir espaço para o investimento público crescer mais. O outro é permitir uma redução dos juros que facilite a criação de um **mercado** de títulos privados de longo prazo, **importante** para

desenvolver alternativas para financiar o investimento por períodos dilatados.

Um dos principais desafios do governo neste ano será manter em alta a trajetória do investimento num quadro de ajuste fiscal. Se quiser buscar a todo custo a meta de superávit primário de 3,1% do **PIB**, será necessário sacrificar investimentos, dizem especialistas em contas públicas como Mansueto Almeida, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Para Vale, como os investimentos são prioridade para a presidente Dilma Rousseff, não deverá haver corte das inversões, que tenderiam a continuar a crescer acima da variação do **PIB**. Uma das consequências é que a meta fiscal não deverá ser cumprida, acredita ele.

	VEÍCULO ASSESSORIA <u>MDIC</u>	EDITORIA	
	TÍTULO Tatiana Prazeres é a nova titular da Secretaria de <u>Comércio Exterior</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Gustavo Saboia Fontenele e Silva assume a Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportações

Foi nomeada, na edição do Diário Oficial da União desta segunda-feira (24/1), a nova titular da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Tatiana Lacerda Prazeres. Foi também nomeado o novo secretário-executivo do Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportações (CZPE), Gustavo Saboia Fontenele e Silva.

Tatiana Prazeres é servidora pública da carreira de analista de comércio exterior e, além de atuar no MDIC, trabalhou como gerente e coordenadora da área internacional da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e consultora de Relações Internacionais da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Ela foi ainda funcionária da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, onde trabalhou para o International Trade Center (ITC).

A nova secretária de Comércio Exterior é bacharel em Direito (UFSC) e em Relações Internacionais (Univali-SC), mestre em Direito Internacional (UFSC) e doutora em Relações Internacionais (UnB e Universidade de Georgetown, EUA). Ela assume no lugar de Welber Oliveira Barral.

Entre as competências da Secretaria de Comércio Exterior, estão: participar das negociações de atos

internacionais relacionados com o comércio de bens e serviços, nos âmbitos multilateral, hemisférico, regional e bilateral; implementar os mecanismos de defesa comercial; e elaborar e divulgar as estatísticas de comércio exterior, inclusive a balança comercial brasileira.

CZPE

O novo titular da Secretaria Executiva do Conselho das Zonas de Processamento de Exportações, Gustavo Saboia Fontenele e Silva, assume no lugar de Luiz Raimundo de Souza Fernandes. O servidor também é analista de comércio exterior e trabalha com o tema das ZPE desde 2001. Ele já foi chefe de gabinete da Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex) e é graduado em Administração de Empresas (UnB) e mestre em Finanças (PUC-RJ).

O Conselho das Zonas de Processamento de Exportações (CZPE) é o órgão responsável por deliberar sobre a criação de ZPE e, em caso de aprovação, encaminhar a decisão para análise do presidente da República. O ministro Fernando PIMentel é o presidente do conselho, que ainda tem como integrantes os titulares da Casa Civil e dos Ministérios da Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão, Meio Ambiente e Integração Nacional.

	VEÍCULO NOTÍCIAS DE RORAIMA	EDITORIA	
	TÍTULO Eletrônicos na Área de Livre <u>Comércio</u> de Boa Vista.		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Já começam a pipocar na cidade, por causa da Área de Livre **Comércio** de Boa Vista, lojas de Eletrônicos que oferecem TVs de LCD e LED, Smartphones, Celulares, Notebooks, Netbooks, Câmeras Fotográficas, I-pads, I-pods, Periféricos e etc, com preços bem mais acessíveis e comparados aos vendidos pela internet.

	VEÍCULO MDIC – SITE	EDITORIA	
	TÍTULO amex prorroga redução do Imposto de <u>Importação</u> de matéria-prima para fabricação de resina pet		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Foi publicada nesta quinta-feira (20/1), no Diário Oficial da União (DOU), a Resolução nº 2 da Câmara de **Comércio** Exterior (Camex) que prorroga até 31 de julho de 2011 a redução temporária da Tarifa Externa Comum (TEC) para o ácido tereftálico e seus sais (NCM 2917.36.00), por razões de desabastecimento. As **importações** não poderão ultrapassar a cota de 150 mil toneladas. O produto que continua com redução do Imposto de **Importação** (II), de 12% para 0%, também conhecido como PTA, é a principal matéria-prima para fabricação da resina pet, o mais

importante poliéster comercial, com aplicação nos setores de embalagens, filmes e fibras.

A Resolução nº2 também determina que o prazo de vigência da redução do imposto terá início no próximo dia 11 de fevereiro, quando termina o prazo da redução temporária para o mesmo produto, estabelecida pela Resolução Camex nº47. A Secretaria de **Comércio** Exterior (Secex) do **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior (**MDIC**) poderá editar norma complementar, visando estabelecer os critérios de alocação da cota permitida.

	VEÍCULO FAPEAM	EDITORIA	
	TÍTULO Foco empresarial pode dar à ciência nacional um novo impulso, diz Mercadante		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

21/01/2011 - Brasília - O petista Aloizio Mercadante assumiu o cargo de ministro de Ciência e Tecnologia falando em tirar do papel projetos científicos ambiciosos (e caros). Entre os projetos futuros, um novo reator nuclear, um anel de sincrotron mais moderno e um observatório do ecossistema marinho ('Amazônia Azul') em tempo real.

Haverá dinheiro para isso? Em entrevista ao Jornal Folha de S. Paulo, Mercadante disse que sim, já que os recursos devem vir também das empresas. E instituições como a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), de apoio à pesquisa, podem virar bancos de Inovação.

Para ele, um novo foco empresarial poderia dar à ciência nacional um novo impulso. "Viemos de uma cultura industrial que não estimulou a inovação", diz.

Folha - O senhor tem falado em tirar do papel projetos caros. Parece que sua gestão vai fazer investimentos de grande porte.

Aloizio Mercadante - Quando a gente olha o Brasil hoje, vemos que não podemos pensar pequeno. Temos tecnologia de ponta, por exemplo, na agricultura. Veja a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). A agricultura brasileira teve um superávit de mais de US\$ 70 bilhões. A Embrapa hoje está exportando tecnologia para a África.

A Aeronáutica, no complexo ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), CTA (Centro Técnico Aeroespacial) e Embraer, é outro modelo exitoso. Onde o Brasil concentrou esforços, houve retorno. Estamos com um projeto para construir um novo anel de luz sincrotron em Campinas (SP), de terceira geração. O atual, de 1988, é usado por cerca de 3 mil pessoas por ano, de várias áreas.

Nós precisamos de parceiros para poder viabilizar esse projeto, que deve custar em torno de R\$ 350 milhões. Também tive reuniões sobre o laboratório de nanotecnologia da Unicamp e sobre o reator multipropósito [destinado à pesquisa científica e à fabricação de radiofármacos], que deve ser construído em Iperó (SP) (ao custo de cerca de R\$ 800 milhões).

Nós temos de concentrar forças nas novas fronteiras do conhecimento pensando em projetos como a nanotecnologia e a biotecnologia. Somos o 13º colocado hoje nos rankings internacionais de produção científica, nosso impacto está aumentando. Mas, na Inovação, ainda temos um desafio.

Qual é o desafio da Inovação?

AM - Temos de repensar o marco legal e os incentivos à Inovação. Viemos de uma cultura industrial que não estimulou a Inovação. Tivemos um longo período em que não havia importações, então também não havia Inovação. Agora, com estabilidade econômica, o Brasil voltou a crescer, e é hora de criar instrumentos para que as empresas realmente olhem para pesquisa e desenvolvimento, principalmente na área de sustentabilidade.

Investir no pré-sal não é contraditório com a bandeira 'verde' da gestão?

AM - O petróleo é uma energia não renovável, mas ainda é um produto que se desdobra em 3 mil produtos: toda cadeia de nafta, plástico, etc. A economia é muito dependente do petróleo. Temos de utilizar isso inteligentemente. Mas temos também de investir em energias renováveis, como a eólica e a solar. Falando em sustentabilidade, estamos agora começando a analisar o CBA (Centro de Biotecnologia da Amazônia).

O CBA tem uma estrutura enorme, mas está parado.

AM - O centro tem uma excelente estrutura laboratorial, mas agora estamos estudando parcerias com empresas da área de fármacos e alimentos. Minha primeira orientação é buscar gerar valor agregado para produtos que já temos na Amazônia, como açaí e castanha-do-pará. Temos de gerar alternativas sustentáveis para 25 milhões de pessoas que moram lá. A pesquisa científica é importante para diversificar essas cadeias produtivas.

Mas há empresários que ainda patinam para fazer Inovação no Brasil.

AM - Tanto a pesquisa quanto a Inovação são atividades de risco. Muitas vezes você pesquisa um assunto e não descobre o que esperava. Mas, ao não descobrir, você reduz a necessidade de uma próxima pesquisa. O fato de não

se chegar aquilo que se espera pode não ser negativo. Na Inovação é a mesma coisa. Uma coisa que começo a discutir são as formas de financiamento à Inovação.

Por exemplo?

AM - Uma ideia é que os bancos financiadores sejam sócios no produto final da Inovação. Ou seja: eles compartilham o risco, mas, se der certo, também ganham. Esse é o modelo dos EUA. Precisamos avaliar como fazer isso.

Como não temos ainda esse mercado industrial desenvolvido, os bancos públicos devem ajudar. Faremos um grande esforço para que a Finep seja uma instituição

financeira de fomento à Inovação. Deve continuar apoiando a pesquisa, mas será também um banco da Inovação.

Se isso acontecer, haverá muito mais liberdade de atuar. É preciso fazer formas de parcerias com as empresas. O CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), por exemplo, está dando bolsas para que pesquisadores atuem nas empresas. É preciso fomentar a Inovação.